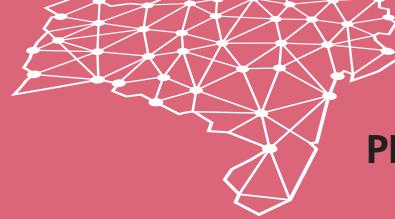




**Ação dos Poderes Legislativo
Judiciário e Ministério Público
em Defesa do Interesse Público**



Poder Legislativo – A programação do Poder Legislativo envolve, além da Assembléia Legislativa, as ações do Tribunal de Contas do Estado e do Município, destinando para o período 2004-2007 recursos da ordem de R\$ 161,4 milhões.

A Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, que tem como função a atribuição de legislar e o dever de exercer com total transparência suas atividades de representação da sociedade baiana, definiu suas ações prioritárias para o período 2004-2007 com o propósito de assegurar os compromissos e executar com eficiência sua função política.

Dessa forma, será enfatizado a um amplo programa de modernização da gestão da atuação legislativa centrado em dois pressupostos básicos: transparência e interatividade.

O fortalecimento da gestão dos recursos humanos, dos mecanismos administrativos e das práticas legislativas possibilitará maior controle dos custos operacionais e maior eficiência dos serviços, tais como pareceres, processos, e atos deliberativos.

De particular importância, será o programa de qualificação dos profissionais da Assembléia, através da capacitação, incentivando-se a eficiência e a qualidade dos serviços prestados. Serão incentivadas também, as atividades de eventos, conferências, teleconferências e outras relacionadas ao interesse da sociedade no âmbito da ação legislativa.

Como forma de criar melhores condições de funcionamento, a Assembléia Legislativa dará continuidade ao programa de modernização das instalações físicas, com a ampliação e adaptação de seus espaços, criando bases modernas e racionais.

Por fim, será promovido, neste quadriênio, o fortalecimento da política de informatização, através da: modernização e atualização da rede; integração interna para a comunicação e transmissão de dados entre parlamentares, dirigentes e técnicos; e da utilização da internet como mecanismo de interatividade, ampliando o acesso a informações sobre as políticas, projetos e ações de interesse da Assembléia, assim como a tramitação de informações de interesse do cidadão.

O Plano Plurianual do Tribunal de Contas do Estado da Bahia para o quadriênio 2004-2007 reflete as diretrizes estratégicas e os programas constantes do Plano Estratégico do TCE para o mesmo período.

O planejamento estratégico do TCE contempla as ações relativas aos macroprocessos identificados na instituição:

- apreciação, julgamento e divulgação dos resultados do controle externo;
- auditoria e fiscalização;
- desenvolvimento e suporte institucional;
- apoio administrativo.

Tais ações visam à efetividade do controle externo da administração pública, mediante a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão dos recursos públicos e dos impactos dos programas governamentais, bem como da determinação das correções necessárias, contribuindo para a prestação de um serviço público de qualidade e a obtenção de uma sociedade mais justa.

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia vai dar continuidade ao seu processo de inserção no contexto de modernização e aperfeiçoamento institucional, implantando modernos mecanismos



de comunicação, treinando os seus servidores e desenvolvendo novos métodos de trabalho, com o objetivo de elevar os níveis de eficiência e eficácia das suas atividades.

O Plano Plurianual se constitui na sistematização dos princípios norteadores das atividades deste Tribunal de Contas para o quadriênio 2004-2007, visando dar plena visibilidade às ações a serem desenvolvidas no âmbito do controle externo e na área administrativa, de forma a garantir a sua unidade e o contínuo aperfeiçoamento da instituição.

Com o objetivo de assegurar o cumprimento eficaz da sua função de fiscalização, orientação e acompanhamento da receita e da despesa de todos os municípios, o Tribunal de Contas dos Municípios pautou o seu Plano Plurianual 2004-2007 no estabelecimento das seguintes diretrizes e metas:

1 – Modernização dos Sistemas de Controle Externo dos municípios.

- Capacitação e aprimoramento do seu corpo técnico nas atividades de auditoria para que os mesmos possam aplicar esta técnica de forma mais eficaz no exercício do controle externo, avaliando a utilização dos recursos públicos sob a gestão dos entes fiscalizados.
- Implantação do Sistema LRF-NET que permite receber, via Internet, dados necessários à avaliação do cumprimento dos pontos de controle sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, gastos com pessoal, limites de gastos com o Poder Legislativo e metas fiscais estabelecidas na LDO. O sistema facilitará o processo de expedição de certidões e a programação de inspeções, através da análise dos pontos de alerta, gerando, ainda, relatórios analíticos, sintéticos e estatísticos do cumprimento dos pontos de controle cuja fiscalização cabe ao TCM.
- Implementação do Sistema de Controle de Acompanhamento de Obras Públicas, visando estabelecer diretrizes e normas que possam nortear as atividades de fiscalização e controle dos

gastos aplicados em obras pela administração pública municipal, representando um item expressivo do investimento em cada municipalidade.

- Implantação do Sistema de Auditoria de Contas Públicas, com captura eletrônica de atos de gestão, dados contábeis e orçamentários, análises gerais e especiais dessa documentação e, com base nisso, o planejamento de auditorias.
- Capacitação dos servidores dos diversos órgãos jurisdicionados, através de seminários, palestras e cursos.
- Revisão e integração dos sistemas informatizados existentes no Tribunal.

2 – Realização de Concurso Público

Para preenchimento de cargos vinculados às atividades de auditoria e de análise de contas, fortalecendo a base técnica do TCM.

3 – Implantação e Atualização de Sistemas de Informação.

- Implementação do Sistema de Acompanhamento de Processo – Isispro, desenvolvido em tecnologia Web, que possibilitará o acesso a consultas de processos via Internet, agregando maior agilidade e transparéncia na tramitação dos processos.
- Implementação dos Sistemas Internet e Intranet, como um dos elementos que integram a mídia. O Sistema Internet servirá de canal de comunicação entre o órgão, os gestores e o contribuinte de uma maneira geral.
- Atualização do Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos com o objetivo de modernizar a movimentação de documentos do TCM, atualizando o sistema unificado de arquivo.



Poder Judiciário – O Poder Judiciário, que tem por missão determinar e assegurar a aplicação das leis que garantem a inviolabilidade dos direitos individuais, concorrendo para a harmonia e o equilíbrio da sociedade, é, sem dúvida, o pilar de sustentação mais vigoroso do Estado de Direito, quando firmado nas bases sólidas da autonomia e independência, qualidades que lhe são inerentes, porquanto indispensáveis à sua própria existência.

É com esta consciência que o Poder Judiciário baiano tem afirmado, reiteradamente, o compromisso de melhorar a qualidade e eficiência dos serviços prestados e ampliar o acesso da população mais carente à Justiça, constituindo-se em um forte instrumento de garantia dos direitos sociais, econômicos, políticos e civis dos cidadãos, como está a sugerir a sociedade contemporânea.

Com este propósito e em consonância com o disposto no art. 159 da Constituição Estadual, é que o Poder Judiciário da Bahia elaborou o seu Plano Plurianual, instrumento de planejamento que deverá nortear a sua política de investimentos para o período de 2004-2007.

Esta proposta, consubstanciada na matriz programática ora apresentada, constitui-se em um conjunto articulado de três diretrizes estratégicas, que se desdobra em linhas de ação, programas e projetos, representando um investimento total de R\$ 82,7 milhões para o período.

A diretriz de *Aproximação da Justiça ao Cidadão* corresponde a uma estratégia focada no reconhecimento de que a justiça deve fixar sua maior atenção na atividade fim – *melhoria da prestação jurisdicional* e no seu público-alvo – o *cidadão*. Para que essa estratégia se materialize, pretende-se desenvolver ações consentâneas, expressas no Programa *Justiça Cidadã*, que tem por finalidade central democratizar a prestação dos serviços judiciais e atender a elevada demanda da sociedade baiana. Entre as principais ações deste Programa, destacam-se os projetos de

implantação de unidades móveis de atendimentos judiciais e de postos de serviços de assistência jurídica, na capital e no interior do Estado.

A segunda diretriz – *Melhoria da Ação Judiciária com ênfase na Modernização Tecnológica* representa a compreensão de que a informação é elemento decisivo para melhoria da Justiça baiana. O uso intenso da tecnologia da informação, assim, deve estar fundamentado em ações que possibilitem a melhoria e ampliação das atividades e dos processos judiciais, incluindo aqueles vinculados aos cartórios extrajudiciais, bem assim a formação de uma base única de dados e a ampla socialização das informações.

O Programa de Modernização do Processo Judicial compõe essa estratégia e suas principais ações têm por finalidade a melhoria da prestação dos serviços judiciais e extrajudiciais, com ênfase no aumento da produtividade e no fortalecimento da imagem do Poder Judiciário junto à sociedade.

Por último, registra-se a diretriz de *Fortalecimento Institucional e Melhoria da Gestão dos Recursos Estratégicos do Poder Judiciário*, que pressupõe indispensável uma política de profissionalização e qualificação do seu quadro de pessoal, como instrumento de valorização dos recursos humanos; a expansão e melhoria da sua infra-estrutura física e funcional; além da simplificação e descentralização da gestão administrativa e financeira. Nesta diretriz têm lugar, através do Programa de Modernização Administrativa, as ações de construção, recuperação e aparelhamento de unidades judiciais; simplificação e descentralização dos processos e capacitação dos recursos humanos.

Com o espírito e o compromisso de democratizar cada vez mais a prestação jurisdicional, espera-se que as intervenções propostas neste Plano ampliem e melhorem a atuação do Poder Judiciário,



respondendo aos anseios principais do jurisdicionados baianos, para um crescimento harmonioso do Estado e melhoria da qualidade de vida da sua população.

O Ministério Público se situa entre as instituições mais comprometidas com a Constituição Cidadã, porque voltada essencialmente para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Sua atuação se dá através das promotorias especializadas nos direitos fundamentais do homem e redução das desigualdades sociais e regionais, como também das suas habilidades de liberar forças comunitárias represadas, preservando sua identidade efetivamente distinta das funções do Legislativo, Executivo e Judiciário.

Ocupando posições cada vez mais seguras na sua trajetória de afirmação institucional, o Ministério Público do Estado da Bahia elegeu como prioritária, na sua programação plurianual 2004-2007, a ampliação das ações em defesa dos interesses da coletividade a partir da melhoria de sua infra-estrutura, adotando como premissas: a descentralização, o fortalecimento das suas ações finalísticas e a modernização das práticas de trabalho, com ênfase na comunicação em rede e na adoção de um novo modelo de gestão.

A programação se assenta em três eixos distintos, embora intercomplementares, dos quais dois estão estreitamente vinculados à Política Social do Estado – Defesa dos Interesses Indisponíveis e Defesa dos Direitos Difusos e Transindividuais. O terceiro deles, permeando todas as ações do Ministério Público, corresponde a sua política de desenvolvimento institucional e administrativo, que se constitui no Programa de Modernização das Políticas Organizacional e de Gestão.

As ações em defesa dos interesses individuais indisponíveis terão como foco principal a mobilização do Governo e da sociedade para redução da violência e garantia dos direitos

humanos, como fatores de consolidação da democracia. Já as medidas no âmbito transindividual terão como diretrizes estratégicas a promoção da cidadania, a luta pela inclusão social, notadamente com relação a crianças e adolescentes e combate às práticas de preconceito e discriminação, além da defesa da moralidade administrativa e do patrimônio público, artístico e natural.

No campo de modernização, a ênfase será a melhoria da gestão do MP, criando condições para controle e estímulo de sua produtividade e elevação do nível qualitativo da sua atuação, pelo que a ampliação dos seus quadros e da sua base física e tecnológica, além da profissionalização dos seus membros e servidores, são fatores indispensáveis.

O entendimento do Ministério Público de hoje, a partir de uma nova visão de futuro, é de que o procurador e o promotor de justiça, como agentes vocacionados para a garantia dos valores sociais, atuem de modo sistemático, integrado e participativo, mobilizando as áreas institucionais e espontâneas da sociedade para resultados concretos na melhoria da qualidade de vida das populações.

As ações extrajudiciais portanto, notadamente os inquéritos civis e os termos de ajustamento de conduta, deverão se antecipar ao uso legítimo da ação civil pública da qual o procurador e o promotor de justiça são legítimos titulares, nos termos da Constituição.

A expectativa é de que a programação adotada assegure e alcance melhor patamar de atuação da instituição e represente os anseios das comunidades e de todo o *parquet* na construção de uma sociedade mais justa e de um Ministério Público independente, democrático e profissional.



PPA 2004-2007

Ação dos Poderes Legislativo e Judiciário e Ministério Público em Defesa do Interesse Público

PROGRAMA	AÇÃO LEGISLATIVA														
ÓRGÃO ENVOLVIDO	AL														
OBJETIVO	Fiscalizar e legislar sobre todas as matérias de competência do Estado														
RECURSOS	Orçamentários: R\$ 17.068.000,00					Extra-Orçamentários: R\$ 0,00					Total: R\$ 17.068.000,00				
Distribuição das Metas por Eixo de Desenvolvimento															
AÇÃO/META	Quantidade Total	Metro-politano	Grande Recôncavo	Mata Atlântica	Extremo Sul	Nordeste	Chapada Norte	Chapada Sul	Planalto Sudoeste	Planalto Central	Baixo Médio S. Francisco	Centro Leste S. Francisco	Médio S. Francisco	Oeste do S. Francisco	Todo Estado/ Diversas Regiões
Ampliação das Instalações Físicas da Assembléia Legislativa	1	1													
Ampliação de unidade legislativa															
Modernização da Rede Informatizada do Legislativo	2	2													
Implantação de rede integrada de informações															
Adaptação das Instalações Físicas da Assembléia Legislativa	2	2													
Adaptação de imóvel para unidade administrativa – Edifício Sede da AL															

Ação dos Poderes Legislativo e Judiciário e Ministério Público em Defesa do Interesse Público

Poder Legislativo

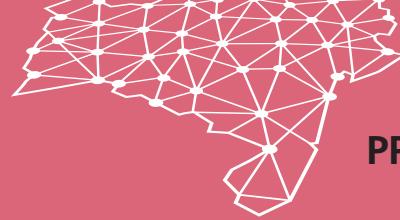
PPA 2004-2007



PROGRAMA	CONTROLE EXTERNO DO ESTADO														
	ÓRGÃO ENVOLVIDO	OBJETIVO	RECURSOS	Orçamentários: R\$ 138.521.000,00				Extra-Orçamentários: R\$ 0,00				Total: R\$ 138.521.000,00			
AÇÃO/META	Distribuição das Metas por Eixo de Desenvolvimento														
	Quantidade Total	Metro-politano	Grande Recôncavo	Mata Atlântica	Extremo Sul	Nordeste	Chapada Norte	Chapada Sul	Planalto Sudoeste	Planalto Central	Baixo Médio S. Francisco	Centro Leste S. Francisco	Médio S. Francisco	Oeste do S. Francisco	Todo Estado/ Diversas Regiões
Auditória e Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial do Estado	35.560														35.560 (T)
Realização de auditoria e exames															
Desenvolvimento e Suporte Institucional do TCE	2.715	2.715													
Aquisição de livros e periódicos	600	600													
Capacitação de servidor (pessoa)	1														1 (T)
Concurso público	2														2 (T)
Desenvolvimento de programa institucional	22	22													
Publicação de edição															
Apreciação, Julgamento e Divulgação dos Resultados do Controle Externo	20.360														20.360 (T)
Exame de processo para fiscalização de órgão e entidade (processo)															
Ampliação e Modernização do Cedasc	15	15													
Aquisição de equipamento de informática	6	6													
Aquisição de produtos de informática – Licenças de Softwares	26	26													
Capacitação de servidor (pessoa)	2														2 (T)
Desenvolvimento de programa de informação	968														968 (T)
Informatização das Atividades Meio e Fim do TCE	800														800 (T)
Aquisição de equipamento de informática	600	600													
Aquisição de produtos de informática – Licenças de Softwares															
Capacitação de servidor (pessoa)															

(T) Meta com alcance em todo o Estado

(D) Meta realizada em mais de um eixo de desenvolvimento, a ser definido no momento da execução



PPA 2004-2007

Ação dos Poderes Legislativo e Judiciário e Ministério Público em Defesa do Interesse Público

Poder Legislativo

PROGRAMA	CONTROLE EXTERNO DO ESTADO														
	Distribuição das Metas por Eixo de Desenvolvimento														
AÇÃO/META	Quantidade Total	Metro-politano	Grande Recôncavo	Mata Atlântica	Extremo Sul	Nordeste	Chapada Norte	Chapada Sul	Planalto Sudoeste	Planalto Central	Baixo Médio S. Francisco	Centro Leste S. Francisco	Médio S. Francisco	Oeste do S. Francisco	Todo Estado/ Diversas Regiões
	Desenvolvimento de programa de informação	13													13 (T)
Apoio aos Sistemas de Informação do TCE															
Aquisição de equipamento de informática	22														22 (T)
Operação de sistema de informação	7														7 (T)

(T) Meta com alcance em todo o Estado

(D) Meta realizada em mais de um eixo de desenvolvimento, a ser definido no momento da execução

Ação dos Poderes Legislativo e Judiciário e Ministério Público em Defesa do Interesse Público

Poder Legislativo

PPA 2004-2007



PROGRAMA	CONTROLE EXTERNO DOS MUNICÍPIOS														
ÓRGÃO ENVOLVIDO	TCM														
OBJETIVO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos municípios														
RECURSOS	Orçamentários: R\$ 5.856.000,00					Extra-Orçamentários: R\$ 0,00					Total: R\$ 5.856.000,00				
Distribuição das Metas por Eixo de Desenvolvimento															
AÇÃO/META	Quantidade Total	Metro-politano	Grande Recôncavo	Mata Atlântica	Extremo Sul	Nordeste	Chapada Norte	Chapada Sul	Planalto Sudoeste	Planalto Central	Baixo Médio S. Francisco	Centro Leste S. Francisco	Médio S. Francisco	Oeste do S. Francisco	Todo Estado/ Diversas Regiões
Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial dos Municípios															
Fiscalização de municípios	417														417 (T)
Reparação de Unidades do TCM															
Reparação de imóvel para abrigar unidades do TCM	27														27 (D)
Modernização do Sistema de Controle Externo dos Municípios															
Aquisição de equipamento de informática	197														197 (T)
Atualização do sistema de informática (sistema)	88														88 (T)
Capacitação de servidor (pessoa)	680														680 (D)
Atualização do Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos															
Atualização do sistema de informação (sistema)	4														4 (D)

(T) Meta com alcance em todo o Estado

(D) Meta realizada em mais de um eixo de desenvolvimento, a ser definido no momento da execução



PPA 2004-2007

**Ação dos Poderes Legislativo e Judiciário
e Ministério Público em Defesa do Interesse Público**
Poder Judiciário

PROGRAMA	JUSTIÇA CIDADÃ														
ÓRGÃO ENVOLVIDO	TJ														
OBJETIVO	Melhorar a qualidade e a eficiência na prestação jurisdicional, através da ampliação do acesso dos cidadãos mais carentes à Justiça														
RECURSOS	Orçamentários: R\$ 13.202.000,00					Extra-Orçamentários: R\$ 0,00					Total: R\$ 13.202.000,00				
Distribuição das Metas por Eixo de Desenvolvimento															
AÇÃO/META	Quantidade Total	Metro-politano	Grande Recôncavo	Mata Atlântica	Extremo Sul	Nordeste	Chapada Norte	Chapada Sul	Planalto Sudoeste	Planalto Central	Baixo Médio S. Francisco	Centro Leste S. Francisco	Médio S. Francisco	Oeste do S. Francisco	Todo Estado/ Diversas Regiões
Implantação de Justiça Itinerante	16														16 (T)
Atendimento jurídico itinerante (pessoa)															
Implantação do Núcleo de Atendimento Judiciário – NAJ															
Implantação de serviço de atendimento ao usuário	1		1												
Implantação de Balcão de Justiça e Cidadania															
Implantação de central de informação	60														60 (D)

(T) Meta com alcance em todo o Estado

(D) Meta realizada em mais de um eixo de desenvolvimento, a ser definido no momento da execução

Ação dos Poderes Legislativo e Judiciário e Ministério Público em Defesa do Interesse Público

Poder Judiciário

PPA 2004-2007



PROGRAMA	MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL														
ÓRGÃO ENVOLVIDO	TJ														
OBJETIVO	Melhoria da prestação dos serviços judiciais e extrajudiciais, através do redesenho dos processos e do uso intensivo de tecnologia de informação														
RECURSOS	Orçamentários: R\$ 34.689.000,00 Extra-Orçamentários: R\$ 0,00 Total: R\$ 34.689.000,00														
Distribuição das Metas por Eixo de Desenvolvimento															
AÇÃO/META	Quantidade Total	Metro-politano	Grande Recôncavo	Mata Atlântica	Extremo Sul	Nordeste	Chapada Norte	Chapada Sul	Planalto Sudoeste	Planalto Central	Baixo Médio S. Francisco	Centro Leste S. Francisco	Médio S. Francisco	Oeste do S. Francisco	Todo Estado/ Diversas Regiões
Correição e Fiscalização dos Serviços Judiciais	120														120 (T)
Fiscalização de serviços judiciais															
Informatização das Unidades Judicícias	125														125 (D)
Aquisição de equipamento de informática															
Implantação de Sistema de Acompanhamento Integrado de Processos Judiciais – SAIPRO	252	252													
Aquisição de equipamento de informática															
Implantação de sistema de informação em cartórios judiciais de 1ª e 2ª entrâncias	1														1 (T)
Modernização de Cartórios e Tabelionatos Extrajudiciais	735														735 (T)
Modernização de unidade judiciária															
Modernização de Juizados Especiais	201														201 (D)
Modernização de unidade judiciária															
Implantação de Justiça Virtual	2														2 (D)
Implantação de tecnologia em rede de comunicação para atendimento jurídico virtual (rede)															

(T) Meta com alcance em todo o Estado

(D) Meta realizada em mais de um eixo de desenvolvimento, a ser definido no momento da execução



PPA 2004-2007

**Ação dos Poderes Legislativo e Judiciário
e Ministério Público em Defesa do Interesse Público**
Poder Judiciário

PROGRAMA	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA														
ÓRGÃO ENVOLVIDO	TJ														
OBJETIVO	Dotar as unidades do Poder Judiciário de infra-estrutura física, material e de recursos humanos para o bom desempenho das atividades judiciais														
RECURSOS	Orçamentários: R\$ 34.802.000,00					Extra-Orçamentários: R\$ 0,00					Total: R\$ 34.802.000,00				
Distribuição das Metas por Eixo de Desenvolvimento															
AÇÃO/META	Quantidade Total	Metro-politano	Grande Recôncavo	Mata Atlântica	Extremo Sul	Nordeste	Chapada Norte	Chapada Sul	Planalto Sudoeste	Planalto Central	Baixo Médio S. Francisco	Centro Leste S. Francisco	Médio S. Francisco	Oeste do S. Francisco	Todo Estado/ Diversas Regiões
Construção e Instalação de Unidades Judicárias	8														8 (D)
Construção de unidade judiciária															
Ampliação e Reforma de Unidades Judicárias	54														54 (D)
Ampliação de unidade judiciária															
Recuperação de unidade judiciária	100														100 (D)
Reequipamento e Aparelhamento de Unidades Judicárias															
Aquisição de equipamento/material permanente	9.437	9.437													
Aquisição de imóvel	1	1													
Aquisição de veículo	72	72													
Capacitação de Recursos Humanos															
Capacitação de servidor do Poder Judiciário (pessoa)	3.600														3.600 (T)

(T) Meta com alcance em todo o Estado

(D) Meta realizada em mais de um eixo de desenvolvimento, a ser definido no momento da execução

Ação dos Poderes Legislativo e Judiciário e Ministério Público em Defesa do Interesse Público

Ministério Público

PPA 2004-2007



PROGRAMA	MODERNIZAÇÃO DAS POLÍTICAS ORGANIZACIONAIS E DE GESTÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO														
	ÓRGÃO ENVOLVIDO	RECURSOS	Orçamentários: R\$ 30.177.000,00												
AÇÃO/META	Distribuição das Metas por Eixo de Desenvolvimento														
	Quantidade Total	Metro-politano	Grande Recôncavo	Mata Atlântica	Extremo Sul	Nordeste	Chapada Norte	Chapada Sul	Planalto Sudoeste	Planalto Central	Baixo Médio S. Francisco	Centro Leste S. Francisco	Médio S. Francisco	Oeste do S. Francisco	Todo Estado/ Diversas Regiões
Modernização da Gestão															
Desenvolvimento de modelo de gestão descentralizada, envolvendo estudos de organização das Promotorias de Justiça e redefinição das relações de apoio técnico e administrativo	1	1													
Elaboração de estudo para revisão e formulação do modelo conceitual do CEAF	1	1													
Implantação de núcleo de informação – Memorial do MP – envolvendo estudo, formação de acervo e publicações	1	1													
Implantação de plano – Conhecendo o MP – envolvendo a organização e disseminação de assuntos técnicos e de gestão	1	1													
Implantação de rede integrada de informações para uma ação estratégica e coordenada de programas e projetos	1	1													
Implantação de sistema de informação do MP, assegurando a ampliação, compartilhamento, otimização e integração de dados, especialmente em apoio à área finalística	1	1													
Realização de eventos para convergência de ações prioritárias	4	4													
Desenvolvimento de ferramenta de gestão metodológica para o acompanhamento de desempenho institucional, individual e programas	3	3													
Desenvolvimento de ferramenta de gestão em apoio aos órgãos de execução do MP	2														2 (D)



PPA 2004-2007

**Ação dos Poderes Legislativo e Judiciário
e Ministério Público em Defesa do Interesse Público**
Ministério Público

PROGRAMA	MODERNIZAÇÃO DAS POLÍTICAS ORGANIZACIONAIS E DE GESTÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO														
	Distribuição das Metas por Eixo de Desenvolvimento														
AÇÃO/META	Quantidade Total	Metro-politano	Grande Recôncavo	Mata Atlântica	Extremo Sul	Nordeste	Chapada Norte	Chapada Sul	Planalto Sudoeste	Planalto Central	Baixo Médio S. Francisco	Centro Leste S. Francisco	Médio S. Francisco	Oeste do S. Francisco	Todo Estado/ Diversas Regiões
Desenvolvimento de modelo de atendimento ao cidadão com requisitos de satisfação, presteza e excelência	1	1													
Reordenamento e Expansão dos Serviços do MP Aparelhamento de unidade de promotoria de justiça, incluindo a sede administrativa e escritórios regionais e municipais	400														400 (D)
Elaboração de documento técnico – Plano Diretor de Tecnologias da Informação e Comunicação, especialmente para definição das diretrizes e padrões técnicos e operacionais estratégicos	1	1													
Construção de edifício público para a sede administrativa do MP e escritórios regionais e municipais	23														23 (D)
Implantação de rede de informática para infra-estrutura tecnológica, compreendendo armazenamento, acesso, segurança de informações e aquisição de equipamento	1	1													
Realização de eventos de capacitação profissional do quadro do MP, visando à valorização e profissionalização do capital humano	248	248													
Desenvolvimento de ferramenta de gestão, envolvendo a elaboração de documentos técnicos (manuais), implementação de sistemas informatizados e treinamentos operacionais	15	15													
Realização de concurso para ampliação do quadro de pessoal, envolvendo a implementação do plano de carreira e treinamentos introdutórios	8	8													
Normatização de procedimento envolvendo o reordenamento e regulamentação da estrutura organizacional e de cargos em comissão para a melhoria do funcionamento do MP	2	2													

(T) Meta com alcance em todo o Estado

(D) Meta realizada em mais de um eixo de desenvolvimento, a ser definido no momento da execução

Ação dos Poderes Legislativo e Judiciário e Ministério Público em Defesa do Interesse Público

Ministério Público

PPA 2004-2007



PROGRAMA	LUTA CONTRA A CRIMINALIDADE E DEFESA DOS INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS														
ÓRGÃO ENVOLVIDO	● MP														
OBJETIVO	● Mobilizar o Governo e a Sociedade para redução da violência e garantia dos direitos individuais como fatores de consolidação da democracia														
RECURSOS	Orçamentários: R\$ 3.000.000,00 Extra-Orçamentários: R\$ 0,00 Total: R\$ 3.000.000,00														
Distribuição das Metas por Eixo de Desenvolvimento															
AÇÃO/META	Quantidade Total	Metro-politano	Grande Recôncavo	Mata Atlântica	Extremo Sul	Nordeste	Chapada Norte	Chapada Sul	Planalto Sudoeste	Planalto Central	Baixo Médio S. Francisco	Centro Leste S. Francisco	Médio S. Francisco	Oeste do S. Francisco	Todo Estado/ Diversas Regiões
Combate à Criminalidade e Luta pela Dignidade nas Prisões															
Edição e publicação de manual prático contra o crime de tortura	1	1													
Fiscalização de sistema de segurança municipal através de inspeção às delegacias e a destacamentos da PM e encaminhamento de relatório à unidade central – PGJ (sistema)	312														312 (D)
Implantação de sistema de informática para controle dos inquéritos policiais, facilitando o cumprimento dos prazos legais	1														1 (D)
Capacitação de profissional em execuções penais, gerenciamento de crises, técnica de interrogatório e interpretação policial (pessoa)	200														200 (D)
Implantação de cadastro de armas, instrumentos e produtos de crime apreendidos	1	1													
Implantação de força-tarefa na área criminal para reforçar a atuação das promotorias no controle externo da atividade policial	14	2	3	2	1					2		2		2	
Implantação de promotoria especializada na capital, para controle externo da atividade policial	5	5													
Implantação de grupo de trabalho na área criminal para intensificação de ação de combate aos crimes contra a ordem tributária, através de atualização de promotores, padronização de instrumentos e informatização	4	4													

(T) Meta com alcance em todo o Estado

(D) Meta realizada em mais de um eixo de desenvolvimento, a ser definido no momento da execução



PPA 2004-2007

**Ação dos Poderes Legislativo e Judiciário
e Ministério Público em Defesa do Interesse Público**
Ministério Público

PROGRAMA	LUTA CONTRA A CRIMINALIDADE E DEFESA DOS INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS														
	Distribuição das Metas por Eixo de Desenvolvimento														
AÇÃO/META	Quantidade Total	Metro-politano	Grande Recôncavo	Mata Atlântica	Extremo Sul	Nordeste	Chapada Norte	Chapada Sul	Planalto Sudoeste	Planalto Central	Baixo Médio S. Francisco	Centro Leste S. Francisco	Médio S. Francisco	Oeste do S. Francisco	Todo Estado/ Diversas Regiões
Fortalecimento da Central de Inquérito para agilização e melhoria de qualidade dos trabalhos	1	1													
Realização de ação extrajudicial e/ou judicial visando ao controle do combate ao uso, fabrico e comercialização dos fogos de artifício	3														3 (D)
Cadastramento de órgão/entidade locais, que já participam, ou que estejam interessadas em participar, do Programa de Implantação das Penas Alternativas	1														1 (D)
Levantamento das ações penais atinentes a crimes de abuso de autoridade, de tortura e outros praticados por policiais	1	1													
Reordenamento das Ações na Área Cível															
Campanha educativa mobilizando a população para a necessidade de regularização de registro civil e paternidade responsável	6	6													
Fiscalização de órgão/entidade do terceiro setor visando o seu acompanhamento	77.000														77.000 (D)
Realização de parceria com o Poder Judiciário na atualização dos serventuários quanto a procedimentos de registros públicos	1	1													
Realização de acordo na área cível com o Poder Judiciário, visando à criação de uma 2ª vara de registros públicos e outra privativa de falência e concordata	1	1													
Cadastramento de órgão/entidade que recebe recursos públicos, visando ao acompanhamento do terceiro setor	1														1 (D)
Elaboração de cartilha orientadora sobre a constituição de fundações e prestação de contas	2														2 (D)
Levantamento estatístico de ações de paternidade e padronização de procedimentos para agilização dos processos	1	1													

(T) Meta com alcance em todo o Estado

(D) Meta realizada em mais de um eixo de desenvolvimento, a ser definido no momento da execução

PROGRAMA	LUTA CONTRA A CRIMINALIDADE E DEFESA DOS INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS														
	Distribuição das Metas por Eixo de Desenvolvimento														
AÇÃO/META	Quantidade Total	Metro-politano	Grande Recôncavo	Mata Atlântica	Extremo Sul	Nordeste	Chapada Norte	Chapada Sul	Planalto Sudoeste	Planalto Central	Baixo Médio S. Francisco	Centro Leste S. Francisco	Médio S. Francisco	Oeste do S. Francisco	Todo Estado/ Diversas Regiões
Implantação de central de recursos judiciais visando acompanhar os pareceres encaminhados ao STJ	1	1													
Realização de atividade integrada para implantação de laboratório de DNA como unidade pública e para ampliação e gratuidade de exames de DNA reunindo MP, Judiciário e Executivo	1	1													
Combate às Organizações Criminosas															
Implantação de sistema de informática com dados estatísticos dos inquéritos e ações penais em trâmite, no combate ao tráfico de drogas	1														1 (D)
Realização de curso, palestras e seminários para capacitação de promotores no enfrentamento do crime organizado	24	4	4	4					4		4			4	
Implantação de cadastro de internos do sistema prisional, ligados a organizações criminosas, para intensificação do combate ao crime organizado	1	1													
Implantação de força-tarefa na área criminal para intensificação das ações do combate a grupos de extermínio	2	2													
Implantação de força-tarefa na área criminal para junto com as policiais rodoviária e civil, aprimorarem as investigações quanto ao roubo de carga	8														8 (D)
Implantação de sistema disque-denúncia estadual, do próprio MP, possibilitando o combate às organizações criminosas	1														1 (D)
Implantação de segurança preventiva para proteção de Promotores em situação de risco/ameaça	1														1 (D)
Aparelhamento do serviço de inteligência e integração com as Polícias Estadual e Federal, para controle da macrocriminalidade	1														1 (D)

(T) Meta com alcance em todo o Estado

(D) Meta realizada em mais de um eixo de desenvolvimento, a ser definido no momento da execução



PPA 2004-2007

Ação dos Poderes Legislativo e Judiciário e Ministério Público em Defesa do Interesse Público

Ministério Público

PROGRAMA	DIREITOS DA COLETIVIDADE EM PRIMEIRO LUGAR														
ÓRGÃO ENVOLVIDO	● MP														
OBJETIVO	● Promover a cidadania, garantindo os direitos transindividuais, promovendo a inclusão social e coibindo as práticas de preconceito e discriminação														
RECURSOS	● Orçamentários: R\$ 8.770.000,00 Extra-Orçamentários: R\$ 0,00 Total: R\$ 8.770.000,00														
Distribuição das Metas por Eixo de Desenvolvimento															
AÇÃO/META	Quantidade Total	Metro-politano	Grande Recôncavo	Mata Atlântica	Extremo Sul	Nordeste	Chapada Norte	Chapada Sul	Planalto Sudoeste	Planalto Central	Baixo Médio S. Francisco	Centro Leste S. Francisco	Médio S. Francisco	Oeste do S. Francisco	Todo Estado/ Diversas Regiões
Consumidor Respeitado	40	9	12							8	11				
Desenvolvimento de atividade educativa para esclarecimento à população sobre a prestação irregular de serviços educacionais e repressão a sanções pedagógicas praticadas por estabelecimentos de ensino em razão da inadimplência															
Edição e divulgação de documento para esclarecimento à população sobre os malefícios dos produtos de má qualidade	1	1													
Realização de convênio com o Executivo para realização de perícias nos sistemas de abastecimento de água	1	1													
Realização de parceria com Secretarias de Saúde para informações sobre os autos de infração referentes à comercialização de medicamentos impróprios para o consumo	3	3													
Realização de ação extrajudicial e/ou judicial para erradicação dos matadouros clandestinos, combate à comercialização irregular de alimentos e garantia de água de qualidade	294	294													
Realização de ação extrajudicial e/ou judicial em articulação com o executivo estadual e instituições para repressão no comércio irregular de medicamentos	294														294 (D)
Elaboração de cartilha para esclarecimento sobre os perigos da utilização de substâncias inseticidas e raticidas e da contratação dos serviços sem licenciamento	1														1 (D)

(T) Meta com alcance em todo o Estado

(D) Meta realizada em mais de um eixo de desenvolvimento, a ser definido no momento da execução



PROGRAMA	DIREITOS DA COLETIVIDADE EM PRIMEIRO LUGAR														
	Distribuição das Metas por Eixo de Desenvolvimento														
AÇÃO/META	Quantidade Total	Metro-politano	Grande Recôncavo	Mata Atlântica	Extremo Sul	Nordeste	Chapada Norte	Chapada Sul	Planalto Sudoeste	Planalto Central	Baixo Médio S. Francisco	Centro Leste S. Francisco	Médio S. Francisco	Oeste do S. Francisco	Todo Estado/ Diversas Regiões
Realização de acordo com prefeituras e outros órgãos públicos, para combater a venda irregular de GLP e de substâncias inseticidas e raticidas	6	1	1	1							1		1		1
Adoção de medidas extrajudiciais e/ou judiciais objetivando a interdição dos pontos irregulares de revenda de GLP	6														6 (D)
Realização de atividade integrada com o Executivo e a ANP para ampliação e melhoria das perícias sobre a qualidade do combustível, coibindo a adulteração e a sonegação	1	1													
Realização de termo de compromisso com os órgãos competentes para intensificação de vistoria na área de vigilância sanitária	1	1													
Realização de protocolo de intenção para troca de informação sobre a prestação irregular de serviços educacionais com Conselhos Estaduais de Educação e órgãos afins	1	1													
Apuração da prestação de serviços irregulares sobre a existência de cláusulas abusivas nos contratos de adesão dos prestadores de serviços educacionais	50	50													
Defesa dos Direitos Ambientais em Bacias Hidrográficas com Ênfase na Bacia do Rio São Francisco															
Aparelhamento de unidade de promotoria visando à melhoria da atuação ministerial	34														34 (D)
Elaboração de estudo diagnóstico na área de saneamento básico, em parceria com universidades e órgãos ambientalistas	1											1			

(T) Meta com alcance em todo o Estado

(D) Meta realizada em mais de um eixo de desenvolvimento, a ser definido no momento da execução



PPA 2004-2007

**Ação dos Poderes Legislativo e Judiciário
e Ministério Público em Defesa do Interesse Público**
Ministério Público

PROGRAMA	DIREITOS DA COLETIVIDADE EM PRIMEIRO LUGAR														
	Distribuição das Metas por Eixo de Desenvolvimento														
AÇÃO/META	Quantidade Total	Metro-politano	Grande Recôncavo	Mata Atlântica	Extremo Sul	Nordeste	Chapada Norte	Chapada Sul	Planalto Sudoeste	Planalto Central	Baixo Médio S. Francisco	Centro Leste S. Francisco	Médio S. Francisco	Oeste do S. Francisco	Todo Estado/ Diversas Regiões
Realização de curso sobre o programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, saneamento básico e recursos hídricos para promotores de justiça e representantes da comunidade	64														64 (D)
Instauração de inquérito civil para o cumprimento da Lei de Política Ambiental, objetivando o combate aos agentes poluidores e causadores de danos ao meio ambiente	500														500 (D)
Realização de parceria para fortalecimento das ações de revitalização do São Francisco com MP de outros estados, MP federal e demais órgãos públicos, privados e internacionais com atuação na área ambiental	1	1													
Realização de ação extrajudicial e/ou judicial contra os proprietários ribeirinhos para garantir a proteção das matas ciliares e áreas de preservação permanente	80														80 (D)
Elaboração de cartilha sobre revitalização da Bacia do Rio São Francisco	1	1													
Realização de termo de ajustamento de conduta para gerenciamento dos resíduos sólidos e implantação e manutenção de aterros sanitários controlados	80														80 (D)
Adoção de medidas extrajudiciais e/ou judiciais para implantação do programa de educação ambiental nos currículos escolares conforme Lei 9795/99	79														79 (D)
Realização de ações para captação de recursos	1												1		
Fiscalização de cartórios de registro de imóveis nos registros imobiliários	40														40 (D)

(T) Meta com alcance em todo o Estado

(D) Meta realizada em mais de um eixo de desenvolvimento, a ser definido no momento da execução

PROGRAMA	DIREITOS DA COLETIVIDADE EM PRIMEIRO LUGAR														
	Distribuição das Metas por Eixo de Desenvolvimento														
AÇÃO/META	Quantidade Total	Metro-politano	Grande Recôncavo	Mata Atlântica	Extremo Sul	Nordeste	Chapada Norte	Chapada Sul	Planalto Sudoeste	Planalto Central	Baixo Médio S. Francisco	Centro Leste S. Francisco	Médio S. Francisco	Oeste do S. Francisco	Todo Estado/ Diversas Regiões
Moralidade na Gestão Pública															
Implantação de sistema de informação em rede, na área de improbidade, para dar suporte às ações das promotorias	1	1													
Realização de parceria com o Poder Judiciário para dar celeridade aos processos de julgamento de improbidade	1	1													
Implantação de sistema de acompanhamento dos concursos realizados nas municipalidades e proposições de ACP para combate às contratações irregulares	1														1 (D)
Adoção de medidas extrajudiciais e/ou judiciais no combate à publicidade autopromocional nas propagandas oficiais	30	30													
Formação de grupo de trabalho para atuar diretamente no combate à fraude documental nas prestações de conta, em parceria	3	3													
Fiscalização de licitações e contratos dispondo de corpo técnico especializado para auxiliar na atuação das Promotorias	24														24 (D)
Fiscalização da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, em caráter especial, nos aspectos de improbidade administrativa, em parceria com outras instituições	24	24													
Infância e Juventude em Primeiro Lugar															
Fiscalização de órgão/entidade visando a inserção no seio familiar de crianças e adolescentes institucionalizados	68														68 (D)
Implantação de sistema de informação – SIPIA, para a identificação do quantitativo de crianças e adolescentes institucionalizados	1	1													

(T) Meta com alcance em todo o Estado

(D) Meta realizada em mais de um eixo de desenvolvimento, a ser definido no momento da execução



PPA 2004-2007

**Ação dos Poderes Legislativo e Judiciário
e Ministério Público em Defesa do Interesse Público**
Ministério Público

PROGRAMA	DIREITOS DA COLETIVIDADE EM PRIMEIRO LUGAR														
	Distribuição das Metas por Eixo de Desenvolvimento														
AÇÃO/META	Quantidade Total	Metro-politano	Grande Recôncavo	Mata Atlântica	Extremo Sul	Nordeste	Chapada Norte	Chapada Sul	Planalto Sudoeste	Planalto Central	Baixo Médio S. Francisco	Centro Leste S. Francisco	Médio S. Francisco	Oeste do S. Francisco	Todo Estado/ Diversas Regiões
Realização de eventos para promotorias de distintas comarcas, visando à integração dos Conselhos Tutelares e execução de medidas conjuntamente liberadas	16														16 (D)
Implantação de cadastro das entidades locais interessadas em participar do Programa de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	13														13 (D)
Instauração de inquérito civil para implantação de Conselhos de Direitos, Tutelares e Fundos Municipais da Criança e do Adolescente	304														304 (D)
Realização de parceria com os Conselhos Tutelares, exigindo uma atuação mais efetiva no combate à evasão e à cobrança sistemática da ficha de infrequência junto à SEC	113														113 (D)
Realização de parceria com o Poder Judiciário para criação de vara especializada de infância em comarcas de 2 ^a e 3 ^a entrâncias com maior demanda a atender e garantia de prioridades aos feitos dessa área	1	1													
Realização de ação extrajudicial e/ou judicial visando ao atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, a partir de pesquisas de demanda, em parceria com Universidades	1	1													
Realização de termo de ajustamento de conduta com o Governo Estadual para criação/regionalização de unidades específicas para atendimento a adolescentes autores de ato infracional	1	1													
Adoção de medidas extrajudiciais e/ou judiciais, visando a ampliação de conselhos tutelares na capital	1	1													

(T) Meta com alcance em todo o Estado

(D) Meta realizada em mais de um eixo de desenvolvimento, a ser definido no momento da execução

PROGRAMA	DIREITOS DA COLETIVIDADE EM PRIMEIRO LUGAR														
	Distribuição das Metas por Eixo de Desenvolvimento														
AÇÃO/META	Quantidade Total	Metro-politano	Grande Recôncavo	Mata Atlântica	Extremo Sul	Nordeste	Chapada Norte	Chapada Sul	Planalto Sudoeste	Planalto Central	Baixo Médio S. Francisco	Centro Leste S. Francisco	Médio S. Francisco	Oeste do S. Francisco	Todo Estado/ Diversas Regiões
Realização de parceria com as prefeituras, a sociedade civil e o Poder Judiciário, visando a implantação de medidas socioeducativas em meio aberto e a criação de unidades especializadas, casa de passagem e abrigo	6														6 (D)
Fiscalização de conselho tutelar quanto às condições de estrutura e funcionamento (conselho)	271														271 (D)
Realização de acordo com judiciário e representantes da sociedade civil, visando o encaminhamento das crianças e adolescentes do interior em situação de risco	1	1													
Meio Ambiente: Defesa do Patrimônio Natural e Cultural															
Campanha educativa para combate à poluição sonora	14														14 (D)
Elaboração de projeto para ação integrada em defesa do Rio Paraguaçu	1	1													
Fiscalização de atividade impactante ao meio ambiente, notadamente do gerenciamento da poluição industrial e dos resíduos químicos, mediante parcerias	9	5	3	1											
Realização de convênio com os Poderes Executivos Estadual e Municipal, para inclusão da educação ambiental no currículo escolar	1	1													
Realização de seminário itinerante para discutir o estatuto das cidades com mais de 20.000 habitantes	13														13 (D)
Instauração de inquérito civil na área de gerenciamento dos resíduos sólidos, especialmente dos resultantes dos serviços de saúde	100														100 (D)
Realização de parceria com instituições da área ambiental para fortalecimento das ações na Mata Atlântica	20														20 (D)

(T) Meta com alcance em todo o Estado

(D) Meta realizada em mais de um eixo de desenvolvimento, a ser definido no momento da execução



PPA 2004-2007

**Ação dos Poderes Legislativo e Judiciário
e Ministério Público em Defesa do Interesse Público**
Ministério Público

PROGRAMA	DIREITOS DA COLETIVIDADE EM PRIMEIRO LUGAR														
	Distribuição das Metas por Eixo de Desenvolvimento														
AÇÃO/META	Quantidade Total	Metro-politano	Grande Recôncavo	Mata Atlântica	Extremo Sul	Nordeste	Chapada Norte	Chapada Sul	Planalto Sudoeste	Planalto Central	Baixo Médio S. Francisco	Centro Leste S. Francisco	Médio S. Francisco	Oeste do S. Francisco	Todo Estado/ Diversas Regiões
Adoção de medidas extrajudiciais e/ou judiciais para combater loteamentos clandestinos	15	15													
Fiscalização de praias, complexos dunares e manguezais	14													14 (D)	
Implantação de grupo de trabalho para intensificação de ações e serviços na área ambiental	16													16 (D)	
Realização de campanha de reflorestamento da Mata Atlântica	2													2 (D)	
Realização de atividade integrada com o Ibama para intensificação do combate ao tráfico de animais silvestres	13													13 (D)	
Fiscalização da exigência da reserva legal nos registros de imóveis rurais com ênfase na Mata Atlântica	80													80 (D)	
Cidadania Plena															
Desenvolvimento de atividade preventiva para garantir a acessibilidade universal e assistência integral pelo SUS	108													108 (D)	
Elaboração de estudo diagnóstico sobre a presença de equipamento de segurança pública nas comunidades e da acessibilidade à justiça	3	3													
Implantação de central de informação e documentação, na área de direitos difusos, para coleta e divulgação da legislação pertinente à cidadania	1	1													
Realização de curso para formação de agente de cidadania voltado à redução de danos sociais	28													28 (D)	
Realização de eventos voltados à prevenção da segurança da saúde do trabalhador e conscientização sobre os seus direitos	6													6 (D)	
Capacitação de profissional do Ministério Público nas áreas de fiscalização e de direito sanitário (pessoa)	8													8 (D)	
Implantação de cadastro informatizado dos equipamentos públicos de saúde, educação e segurança	1	1													

(T) Meta com alcance em todo o Estado

(D) Meta realizada em mais de um eixo de desenvolvimento, a ser definido no momento da execução

PROGRAMA	DIREITOS DA COLETIVIDADE EM PRIMEIRO LUGAR														
	Distribuição das Metas por Eixo de Desenvolvimento														
AÇÃO/META	Quantidade Total	Metro-politano	Grande Recôncavo	Mata Atlântica	Extremo Sul	Nordeste	Chapada Norte	Chapada Sul	Planalto Sudoeste	Planalto Central	Baixo Médio S. Francisco	Centro Leste S. Francisco	Médio S. Francisco	Oeste do S. Francisco	Todo Estado/ Diversas Regiões
Realização de campanha educativa para divulgação dos direitos do cidadão e do papel do MP na sua defesa	4														4 (D)
Fiscalização da aplicação da lei que rege o sistema educacional, com ênfase no combate à evasão junto às Secretarias Estadual e Municipais de Educação	418														418 (T)
Implantação de força tarefa para fiscalização das instituições de longa permanência no cumprimento dos direitos dos idosos e portadores de deficiência	12														12 (D)
Fiscalização do atendimento aos dispositivos legais que disciplinam o SUS e dos processos de adesão dos municípios a sua implantação	417														417 (T)